



26 de Março de 2015

EM DIA

OS PROBLEMAS DO AJUSTE



PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS

A resistência ao ajuste fiscal proposto pelo Ministério da Fazenda, por vários segmentos sociais, é compreensível, mas o questionamento deveria se concentrar em seus aspectos qualitativos (que gastos cortar ou impostos aumentar) e não em sua necessidade. Por primeira vez no século 21, o país registrou déficit primário (R\$ 17 bi), depois de manter crescentes superávits, com pico em 2011 (R\$ 93,5 bi), decorrentes, em boa medida, de aumento de transferências a pessoas físicas e corte de impostos de setores específicos.

O esforço para combater a inflação via ajuste fiscal vem sendo contrarrestado pela desvalorização do real

A estratégia para evitar desaquecimento da economia, diante da crise internacional, foi sustentar o consumo interno. Essa opção não é uma heresia, como muito se afirma. Pode ser feita e é viável desde que haja condições permissivas, como folga no balanço de pagamentos, crescimento de produtividade em ritmo pelo menos igual ao dos salários e, principalmente, disposição

dos empresários em investir para atender à demanda corrente.

Ocorre que essas se mostraram favoráveis inicialmente, mas perderam ritmo após 2008, e, principalmente, após 2011. O investimento depende de muito mais variáveis que o simples aumento da demanda. O Brasil já passou por várias experiências semelhantes, como a dramática de 1986, no Plano Cruzado: salários e consumo crescentes levaram a um crescimento fugaz, logo abortado e com inflação crescente. Tampouco tal opção de política econômica deve ser confundida com “desenvolvimentismo”: este se caracteriza por políticas ativas visando ao investimento e não ao consumo, e por isso são mais efetivas para sustentar o crescimento do PIB, o contrário do que ora se verifica.

O maior problema é que o esforço para combater a inflação via ajuste fiscal vem sendo contrarrestado pela desvalorização do real (quase 50% em seis meses). Se este novo patamar do câmbio vier para ficar, além de mero reflexo temporário da crise política, também será difícil de ser segurado pela política monetária, pois exigiria taxas de juros muito mais altas – que pressionarão ainda mais o déficit público.